

## A POLÍTICA BRASILEIRA NO REGIME MILITAR: MEMÓRIA, REDENÇÃO E LITERATURA SOBRE OS ANOS 1964-1985

Emanuelle Kopanyshyn<sup>1</sup>

### RESUMO

Há uma produção muito relevante da literatura acadêmica sobre o regime militar no Brasil (1964-1985) que compõem o debate da ciência política e parte da memória histórica que temos sobre o tema. Sob a perspectiva teórico-histórica de Walter Benjamin acerca da Redenção (*grosso modo*, uma reconciliação do passado com o presente a partir da produção historiográfica) este artigo faz uma análise de alguns dos principais autores da literatura que tem como tema a ditadura militar no Brasil, contextualizando seus objetos, argumentos e contribuição acadêmica.

**Palavras-Chave:** golpe de 1964; regime militar; historiografia.

---

1 Graduação em História na UNESP, campus de Assis. Mestrado em Ciência Política, UFScar.

## ABSTRACT

There is a very important production of the academic literature about the military regime in Brazil (1964-1985) that composing the discussion of political science, and part of the historical memory that we have about the subject. With the theoretical and historical perspective of Walter Benjamin about the Redemption (a reconciliation with this from the historical production) this article analyzes some of the key authors of literature whose theme is the military dictatorship in Brazil contextualizing its objects, arguments and academic contribution.

**Keywords:** 1964 coup; military regim; historiography.

## Introdução

A Ciência Política, ao se propor a analisar e compreender as relações de poder entre os homens, os aspectos de sua organização, representação, força e teoria, se lança sobre os acontecimentos humanos com o instrumental científico, atribuindo-lhes significados e fazendo sua contribuição para a construção da memória histórica.

Como um aspecto teórico inicial, recorreremos a Walter Benjamin, importante cientista social do início do século XX, ligado à Escola de Frankfurt, na Alemanha, quando afirmou, em suas *Teses sobre a História*, que “somente à humanidade redimida cabe ao passado sua inteireza” (1992, p.223). Seu conceito, extremamente peculiar de *Redenção* se refere a uma rememoração histórica do passado, integrado ao presente e capaz de dar significância ao futuro. Apesar da analogia religiosa, influenciada certamente pela teologia judaica, não há um deus presente na sua concepção da *Redenção* com o passado: a *Redenção* é, para Benjamin, uma tarefa atribuída inteiramente às gerações humanas. O “Messias” seria para ele a própria humanidade, personificada no esforço racional de revisitar inúmeras vezes a história até que se fique quite com os feitos dos homens, uma ciência que consiga se colocar muito além das práticas de poder dos acontecimentos vividos.

Há um período recente da história brasileira marcado pelo governo dos militares (1964-1985), cuja memória ainda viva é perscrutada em busca da compreensão dessa fase tão delicada da política brasileira. Intelectuais e atores políticos se destacaram, nesses cinquenta anos desde o Golpe Militar, com teses brilhantes sobre o período e marcaram a concepção que temos hoje sobre a ditadura, através de diferentes perspectivas, interesses pessoais e de grupos, escolhas metodológicas, enfrentando dificuldade de acesso às fontes, movidos por sede de ciência ou de justiça, por grandes comoções públicas ou delicadas revelações.

Nossa proposição é a de que grande parte dos intelectuais que se dispuseram a compreender o regime militar se projetam à *Redenção* benjaminiana, ou seja, quiseram, de alguma forma, se reconciliar com o passado, que em tantos aspectos demandam o olhar do cientista político. Tal fator, ao invés de afastá-los dos padrões científicos, poderia justamente os ter impellido ao rigor metodológico. A neutralidade científica esperada destes pesquisadores é a neutralidade axiológica, aquela em que se reconhece de que ponto se analisa o objeto e se pretende, a

partir disso, ser o mais neutro possível.

O objetivo desse texto é, portanto, analisar o debate clássico da ciência política brasileira sobre o regime militar no Brasil sob a perspectiva apresentada de Walter Benjamin da *Redenção do passado*, uma reconciliação histórica com os fatores que não tiveram compreensão e daqueles que não tiveram oportunidade, por diversas razões, para fazer sua versão ser ouvida pela história oficial. Para isso, nosso foco será na argumentação central de cada intelectual selecionado, seus objetos e perguntas de pesquisa, buscando demonstrar o que os envolve com suas temáticas e escolhas na compreensão do período. Recortes precisaram ser feitos, obviamente, e alguns outros brilhantes intelectuais foram excluídos do debate que faremos aqui, sobretudo por diligência com a especificidade de cada autor, de modo a não vulgarizar suas teorias para fazer-los caber nos limites deste artigo. Assim, traçaremos abaixo o percurso de alguns dos principais intelectuais que se esforçaram em “devolver ao passado sua inteireza” sobre a história do Regime Militar no Brasil.

## **I. As justificativas para o golpe militar de 1964**

O autor selecionado para tratar o tema das razões de se ter iniciado o Regime Militar com o Golpe de 1964 foi Gláucio Ari Dillon Soares (1994). Sua análise tem duas vertentes explicativas: as considerações de grandes autores sobre o tema e o conteúdo dos textos e entrevistas dos próprios militares, resultado do projeto *O Estado de Segurança Nacional*.

A *subestimação do papel dos militares* é um dos primeiros fatores explicativos apontado pelos intelectuais e destacado por Soares (1994, p.10): pelo fato de se ter associado muito fortemente o termo *Revolução* aos atores de esquerda, foi subestimado o papel dos militares para uma possível transformação política no Brasil. A contribuir com essa formulação, o autor apontou vários componentes: a sociologia política no Brasil, de tradição marxista na época não esperar qualquer possibilidade de mudança vinda do seio da sociedade capitalista e burguesa, dificultando a relevância política de várias classes e setores políticos historicamente novos (ou seja, além da dicotomia burguesia/proletariado); a visão estereotipada de que os militares cumpriam bem os projetos econômicos de outras classes e, portanto, não serem autônomas como uma classe de interesse; o fato de a Instituição militar ser muito fechada e dar pouco acesso de fontes aos pesquisadores.

De fato, o próprio autor veio a declarar (SOARES,1994, p.12) que os trabalhos publicados pouco depois do golpe revelam um desconhecimento muito grande da corporação militar, suas inclinações políticas e atividades mesmo já havendo há um tempo considerável a possibilidade conspiratória de golpe.

Outro fator explicativo para o golpe usado entre os pensadores de política brasileira e destacado por Soares são explicações externas, como a *crise do modelo substitutivo de importações*, explicações que são feitas para todos os regimes militares da América Latina em conjunto, ou seja, apesar do regime militar brasileiro ter sido precursor de todos os golpes deflagrados na América Latina, o de mais longa duração e o que mais avançou no caminho da institucionalização (ibidem, p.13), alguns autores tendem a pensar os regimes mais amplamente, no plural e como um fenômeno macro no continente; e a questão da *participação das multinacionais e dos governos estrangeiros* (ibidem, p.25), particularmente os Estados Unidos, como um consenso nos setores acadêmicos, políticos e jornalísticos. A presença de planos militares de contingência e de petroleiros com escoltas armadas seriam indicativos de que os EUA estavam dispostos a doar mais que apoio.

As explicações internas tendem a ser fortemente empíricas: a *inflação* teve uma relevância política incalculável; a *estagnação econômica* num país que há poucos anos havia apresentado bons índices de desenvolvimento; a *concepção do 'sujo' na política*, ou seja, a baixa credibilidade política antes do Golpe contribuiu para a anulação do Legislativo, marcado pela imagem da corrupção; a *instabilidade do governo de João Goulart*, então presidente do Brasil, que traz no cerne o problema da ingovernabilidade causada pela paralisia decisória e falta de apoio parlamentar.

A dicotomia *caos/ordem* é essencial para compreendermos o clima ideológico vivido pelos anos conspiratórios, segundo Glaucio Soares. A desordem, o caos e a anarquia, em contraposição à ordem, estabilidade, segurança e tranqüilidade passam a ocupar a posição central das análises políticas feitas pelos militares:

Nos discursos dos presidentes militares, sempre críticos ao Governo de Goulart, deu-se mais atenção ao caos e à desordem do que à inflação ou estagnação. O caos, real ou percebido, é um termo politicamente relevante, sobretudo para entender a participação política dos militares, que são particularmente sensíveis à desordem. Além de um bem em si, os militares consideram a ordem um pré-requisito para o crescimento econômico. A ampliação do conceito da ordem leva a elaboração do conceito de segurança nacional que integra o

binômio doutrinário que regeu a política pós-64 – desenvolvimento e segurança. [...] Essas considerações, juntamente com a leitura dos discursos dos presidentes militares e com a observação dos militares brasileiros me fizeram incluir o caos como uma dimensão negativa importante no pensamento militar e a intolerância com o caos uma motivação importante para tirar os militares brasileiros da caserna e impeli-los ao golpe. (SOARES, 1994, p. 23)

Tanto quanto a ideologia de combate ao caos, está evidente na conspiração do golpe a ideologia do *anticomunismo* (SOARES, 1994, p. 25). Segundo o autor, essa ideologia domina o pensamento militar brasileiro desde a revolta comunista fracassada de 1935, conhecida como “Intentona Comunista”, mas é exacerbado pelo clima da Guerra Fria. Para além da influência geopolítica sofrida pelos militares, havia muita desconfiança da ‘ameaça comunista’ que era o governo de João Goulart, por que quando Janio Quadros renunciara Jango estava na China (comunista), por que os partidos de extrema esquerda e os sindicatos o apoiavam, por que o acesso aos meios de comunicação de massa e a intensa proselitização ideológica através deles causava receio.

As interpretações do Golpe militar, que se iniciara, pelo menos, em 1961, é escamoteado por Gláucio Ari Dillon Soares, sobretudo por tentar demonstrar, além das principais teses em debate na bibliografia sobre o tema – que inclui estudos célebres de René Dreifuss, Maria Emilia da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Jaime Portela de Melo e Wanderley Guilherme dos Santos -, a *visão dos autores* do golpe, os próprios militares que foi essencialmente militar, independente do apoio que outras categorias possam lhes ter prestado.

## **2. . Uma análise institucionalista dos governos militares**

Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins unem suas capacidades analíticas para se debruçar sobre as características dos governos militares, com o foco claramente institucional, além das razões dos fatores que levaram o processo de abertura política de retorno à democracia em *De Castelo Branco a Figueiredo: uma incursão na Pré-História da abertura*, publicado no calor dos fatos, em 1981.

Procurando entender as continuidades e rupturas nos processos institucionais, combinações em dosagens diferentes de autoritarismo, militarismo, corporativis-

mo, liberalismo e democracia, segundo eles, tentaram levantar três hipóteses: a primeira é que os momentos de intensificação do autoritarismo não derivam diretamente do Golpe de 64; a segunda é que a oposição é parte integrante do sistema político e não pode ser deixada de fora das responsabilidades do contexto histórico; a terceira hipótese é recolocar a conjuntura brasileira nas problemáticas do capitalismo contemporâneo, questões que serão de caráter estrutural e não de governo (MARTINS; CRUZ, 1983, p. 14).

Importante destacar o quanto os autores se esforçaram por demonstrar que houve uma divisão clara de linhas de pensamento dentro do próprio grupo golpista: os sourbonistas, mais letrados e ligados a União Democrática Nacional, a UDN; a linha dura, mais radical, de onde vem o general Médici; os nacionalistas de direita; e as chefias burocráticas da corporação. Assim, tentam demonstrar o quanto se torna reducionista uma análise que vê uma unidade, ou melhor, uma uniformidade, dentro do grupo que assumiu o poder no Brasil nos anos do Regime Militar (ibidem, p.16)

O interesse acadêmico destes autores e a sua contribuição para o debate político sobre a ditadura militar estão justamente na precisão com que analisam as estruturas institucionais dos governos, dos quais destacaremos aqui alguns pontos de transformação do Estado, sobretudo nos anos Médici (1969-1974), governo ao qual atribuem um arranjo institucional mais sólido pelas seguintes características: os temas políticos relacionados à Segurança Nacional terem sido processados em agências específicas no interior de uma rede que tinha pontos focais no Sistema Nacional de Informações, SNI, e no Conselho de Segurança Nacional; tendo por base as reformas institucionais feitas por Castelo Branco e Costa e Silva, o governo Médici teria somado as condições excepcionalmente favoráveis do mercado mundial para o “Milagre Econômico”, PIB elevado, futebol como ícone do progresso do Brasil; a propaganda do governo bombardeando a população com propagandas de um “Brasil Grande”, com apelo agressivo dos projetos de impacto, procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais implantadas (PASEP, PRORURAL, FUNRURAL, PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos, dos quais a Transamazônica foi o mais desastrado; o combate ao que o governo chamava de ‘campanhas de difamação’ sob a fachada de um país forte, dinâmico e seguro; a censura, embora tivesse falhas, estava presente em todos os lugares; a guerrilha foi duramente reprimida;

a tortura era repudiada publicamente mas aceita de fato pelos militares, em nome dos imperativos maiores das razões de Estado; multiplicavam-se assassinatos, exílios, sequestros e desaparecimentos; métodos policiais, administrativos, econômicos e simbólicos reprimiam a oposição duramente:

No plano simbólico, militares paranóicos enchiam as páginas dos mais importantes jornais com o combate ao que chamavam de terrorismo branco: proclamações fantásticas onde a liberdade sexual, o consumo de drogas e as opiniões menos ortodoxas se fundiam como ‘facetadas da estratégia bolchevista para destruir a família, a harmonia e a paz política’ Subjacente à ordem, imperava o medo. (CRUZ; MARTINS, 1984, p.43)

Uma das ideias centrais desses autores é a de que o contexto da abertura política, atribuído ao governo de Figueiredo, na verdade alicerçou-se no governo Geisel (ibidem, p. 48) e não haveria deixado opções institucionais que caminhassem para outro sentido senão a abertura política: o controle da mídia havia relaxado e a Oposição conseguiu um terço das cadeiras parlamentares nas eleições de 65; ficou mais clara a pressão da opinião pública por respostas aos “desaparecidos”; os empresários começaram a endossar o coro dos que exigiam o retorno do *estado de direito*; se observou o surgimento da defesa pública do ‘preso político’ e das próprias manifestações e greves e a criação o Partido dos Trabalhadores. Quando Figueiredo assume, portanto, os governos militares já estariam totalmente hostilizados pela opinião pública e a abertura já decidida, pelo contexto.

Uma análise minuciosa do texto dos autores, nos entanto, irá provocar algumas críticas, ou melhor, salientar as características da busca da *Redenção* que os autores assumiram, por exemplo: é dito que os *sourbonistas* se frustraram por que gostariam de implantar algo ‘dentro da ordem’(CRUZ; MARTINS, 1984, p. 15), mas é notável diante de todo histórico da participação da UDN em articulações e tentativas de golpe de estado, que viram um caminho político para se ter acesso ao poder, recorrendo à concepção liberal de que o Exército deve intervir em caso de caos político; os autores afirmaram que não deve-se parecer-nos absurdo falar de ‘lei e de ordem dentro de um governo instaurado pela força por ser inegável que a ditadura no Brasil foi *relativamente branda*’ (ibidem, p.17, grifos meus); chamaram a repressão violenta da Polícia Militar de *métodos de intimidação* (p.43, grifos meus); afirmam que Médici – o dos ‘anos de chumbo’- tenha



tentado buscar a legitimidade liberal; afirmaram que o Ato Institucional número 5, que legalizava a repressão, caiu por desuso e não por pressões políticas; e dizem que o MDB, partido legal de oposição, fizera uma *opção* de fazer um discurso mais moderado no Congresso Nacional (p.47), num tempo em que só pertencer ao MDB já era passível de suspeita e era muito baixa a possibilidade de se exercer uma oposição sólida devido à forte censura.

De qualquer forma, *De Castelo a Figueiredo: uma incursão na Pré-história da abertura* é um texto que não pode escapar à leitura de um cientista político e é referência para o entendimento dos processos institucionais nos quais o Brasil se envolveu nos anos de regime militar.

### 3. A Esquerda Armada no Brasil

A esquerda do Brasil não assistiu passivamente à agitação política. Ao contrário, foi um fator determinante para o modo como os acontecimentos se desenrolaram na véspera do Golpe Militar, durante a intensificação da repressão e a pressão pela abertura. São referências nesse tema, no sentido a que nos propomos pensar, movidos por sentimento acadêmico de *Redenção* histórica: Jacob Goreneder; Nelson Werneck Sodré, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti. Nos ateremos, aqui, nas obras dos dois últimos.

*A Revolução faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil* (1989) é um esforço, até autobiográfico de Daniel Aarão Reis Filho, que foi um comunista militante durante o regime militar de análise da ação da esquerda armada no Brasil, a partir da constatação de que as entidades comunistas acabaram por se tornar mais parlamentares do que órgãos eficazes de mobilização de lutas, da análise das muitas divergências entre os discursos da própria esquerda, percorrendo a trajetória das mais diversas correntes, dos grupos armados, das organizações e partido, para elaborar suas conclusões.

O resultado das perguntas de Reis Filho é que a ação da esquerda fracassara, ou seja, a Revolução faltara ao encontro, apesar de toda agitação da época tanto pelas debilidades de organização dos comunistas. Por um lado, houve para os comunistas um desmoroamento de referências diante do Golpe, sua primeira grande derrota, e por outro caíram no fatalismo de esperar que o bloco que assumira poder se desmanchasse (REIS FILHO, 1992, p.47). A própria identi-

dade teria sido afetada pela indigência teórica, pelo conhecimento superficial da realidade brasileira, pelo fascínio pelos modelos internacionais e pelo flagelo da influência e infiltração da pequena burguesia.

Marcelo Ridenti, por sua vez, publica sua obra no início dos anos 90, não militou na época da ditadura e já dispõe de interlocutores diretos para discutir a ação da esquerda armada em *O Fantasma da Revolução*. O nome que leva o título de seu estudo, para além de seus sentidos denotativos, é evocado de Marx, quando criticou os franceses por não conseguirem superar os espectros das revoluções que fracassaram. Ridenti pretendeu expor em sua obra (1993, p.21), que no Brasil se tornou possível associar esse fantasma insuperado, não de uma grande revolução como a que os comunistas esperavam, mas o fantasma de uma revolução frustrada dos socialistas que não aconteceu – logo, a ‘não-revolução’ – e por um golpe conservador de direita que de democrático só tinha a autodenominação – a “Revolução democrática”, iniciada em 64 – que na verdade era uma “revolução às avessas”.

Toda pesquisa que se encontra na obra teve o propósito de entender a vanguarda no movimento contraditório da sociedade brasileira e das marcas que a esquerda carrega disso. A partir do materialismo histórico, Marcelo Ridenti teve a preocupação de recuperar a análise das classes sociais e suas formas de representação, adentrando o mundo de dissonâncias e desafios daqueles “anos de chumbo”, sem deixar de fazer uma leitura crítica em relação aos erros primários dos primeiros revolucionários nas concepções sobre a realidade brasileira e na forma de luta ou resistência. Conclui que há uma crise de representação entre as massas e as opções revolucionárias, sem raízes profundas na sociedade e na própria classe trabalhadora. (RIDENTI, 1993, p.276)

#### **4. A cultura política no Regime Militar**

Para que não reste lacunas grandes demais nesta breve análise da literatura clássica de política na ditadura militar no Brasil, vamos agora tratar de cultura e política. Para tanto, trataremos de um primoroso texto de Roberto Schwartz, *Cultura e Política – Alguns Esquemas*, escrito entre 1969 e 1970.

A tese central de Schwartz é a de uma presença cultural *hegemônica* da esquerda no Brasil, apesar de enfrentar uma ditadura repressora de direita: as livrarias de São Paulo e do Rio de Janeiro estariam cheias de livros marxistas, peças

teatrais incrivelmente festivas e febris, manifestações do clero progressista e as organizações estudantis se cruzavam com a intervenção e o terror nos sindicatos, na zona rural, com os expurgos dos soldados de baixo escalão, com as suspensões de direitos civis. (SCHWARTZ, 1992, p. 63)

Segundo ele, a esquerda que perdera o poder para os militares, dominava, sobretudo, a produção ideológica. Schwartz percebe a seguinte situação: os intelectuais socialistas, em 1964, foram poupados da repressão direta – que coube aos operários, marinheiros, camponeses e soldados- e, então, floresceram extraordinariamente. Isso se deveu, segundo o autor, pela própria maneira como o socialismo se difundira no Brasil até 1964: um socialismo forte em anti-imperialismo e fraco em propaganda e organização de luta de classes; um socialismo longe do povo e “elitizado” – por mais contradição que pareça conter em atribuir esse adjetivo a socialismo.

Entre os exemplos apresentados pelo autor estão: os grupos de teatro político, com destaque ao *Arena* e ao *Opinião*; o método Paulo Freire de alfabetização; as ligas camponesas escapando à máquina populista; a retomada da leitura de Marx e de Lenin nos espaços acadêmicos, etc. Todo esse cenário, apreciado por Schwartz até 69, contudo, não teve muitos prognósticos prognóstico comprovado. A censura e a perseguição do regime se endureceram de um modo como não havia previsto. Haviam certamente outros movimentos artísticos não ligados politicamente à esquerda que obtiveram grande sucesso de abrangência. O contexto em que o texto foi escrito, contudo, faz com que sua análise seja admirável e válida como documentação e análise crítica da cultura da época:

Ora, como os intelectuais não detém os meios de produção, essa teoria (marxista) não se transpôs para sua atividade profissional, embora faça autoridade e oriente a sua consciência crítica. Restaram pequenas multidões de profissionais imprescindíveis e insatisfeitos, ligados profissionalmente ao capital ou ao governo, mas sensíveis politicamente no horizonte da revolução. [...] Era tão viva a presença dessa corrente que não faltou quem reclamasse – apesar dos tanques da ditadura rolando periodicamente pelas ruas – contra o terrorismo cultural da esquerda. (SCHWATZ, 1992, p. 67)

O já citado Marcelo Ridenti, em *O Fantasma da Revolução*, também nos oferece preciosidades para compreendermos a cultura política da época. Ao tratar

das camadas intelectualizadas na *revolução brasileira*, ele analisa a agitação e o florescimento cultural brasileiro nos anos 60, como brotou do movimento contraditório da sociedade, o quanto o meio cultural sofreu a perseguição direta, a censura ou repressão física e o como ajudaram a forjar os setores sociais críticos da ordem estabelecida pela ditadura militar, ainda que depois acabassem envolvidos com a indústria cultural, que acabou por encampar as artes no Brasil. O autor fornece brilhantes conceituações acerca do vanguardismo, na defesa da mitologia da identidade cultural e da espontaneidade popular com tudo o que ela tem de mistificador, ainda que a ideologia tecnocrática e militar tenha vindo substituir a populista, posteriormente, por uma hegemonia burguesa no conjunto da cultura da sociedade:

Na negação romântica do capitalismo feita por artesãos da cultura por uma elite artística e cultural que elegeu o suposto camponês atrasado ou o nordestino como suporte da defesa da ‘cultura brasileira’ contra uma invasão imperialista, numa recusa, consciente ou não, voluntária ou não, tanto do capitalismo quanto da modernidade, como se ambos fossem a mesma coisa. (RIDENTI, 1993, p.100)

## Conclusão

O Regime Militar no Brasil é um período riquíssimo para análise da atuação política e, outrossim, uma ferida aberta da história recente de nosso país. Os autores que aqui discorremos ao longo deste breve texto se relacionaram diretamente com a ‘história vivida’ ou com atores que estiveram nela, o que atinge a buscas de significados feita por cada um deles.

É claro que intelectuais não são super-heróis, capazes de fazer previsões do futuro ou compreender todos os fatores explicativos de um período de 21 anos de acontecimentos políticos, mas contribuem preciosamente para a construção da memória histórica e das interpretações que dela fazemos. Sob várias óticas, pudemos perceber a contribuição de cada autor para a compreensão do passado, ainda doloroso para muitos. Ao expor parte da argumentação de autores de referência sobre o regime militar, quisemos levar o leitor a perceber algumas motivações e concepções que os próprios objetos e perguntas de pesquisa revelam sobre o nosso debate acadêmico. Cada qual com sua perspectiva, os autores se posicionaram no cenário de disputa da memória histórica, certos de que, como disse o próprio Walter Benjamin (1992, p.228), “também os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer”, e de que a ciência política, zelosa em compreender as trajetórias do poder, da luta, da democracia, da representação, da liberdade, da cidadania, não pode se esquivar de cumprir seu papel em relação ao regime militar no Brasil.

Recebido em julho 2015.

Aprovado em Dezembro de 2015.

## Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política.** Volume I. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

MARTINS, Carlos Estevão e CRUZ, Sebastião Velasco. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. *In*: Maria Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj. **Sociedade e Política no Brasil pós 64.** São Paulo: Brasiliense, 1983;

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro.** São Paulo: Brasiliense, 1989;

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993;

SCHWARTZ, Roberto. Cultura e Política (1964-1969) – Alguns Esquemas. *In* **O Pai de Família e Outros Estudos.** São Paulo: Paz e Terra, 1992;

SOARES, Gláucio A. D. (1994) O golpe de 64. *In*: **21 anos de regime militar – balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.